

idp

v. 5 n. 2

171

DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

WORKING PAPER

**POR QUE UM DEPUTADO É INDISCIPLINADO?
UMA ANÁLISE DAS VOTAÇÕES NOMINAIS NA
CÂMARA DOS DEPUTADOS ENTRE OS ANOS DE
2015 A 2022**

Thamara Dutra Ribeiro
Paulo Alexandre Batista De Castro

POR QUE UM DEPUTADO É INDISCIPLINADO? UMA ANÁLISE DAS VOTAÇÕES NOMINAIS NA CÂMARA DOS DEPUTADOS ENTRE OS ANOS DE 2015 A 2022

Thamara Dutra Ribeiro¹

Paulo Alexandre Batista De Castro ²

¹ Mestre em Administração Pública pelo Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa – IDP – Brasil. E-mail: thamaradutra@gmail.com.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade de Brasília. Atualmente, é Coordenador-Adjunto do Mestrado Profissional em Administração Pública do Instituto Brasileiro de Ensino, Desenvolvimento e Pesquisa (IDP) e professor do Mestrado Profissional em Direito, Justiça e Desenvolvimento (IDP/SP).

IDP

O IDP é um centro de excelência no ensino, na pesquisa e na extensão nas áreas da Administração Pública, Direito e Economia. O Instituto tem como um de seus objetivos centrais a profusão e difusão do conhecimento de assuntos estratégicos nas áreas em que atua, constituindo-se um *think tank* independente que visa contribuir para as transformações sociais, políticas e econômicas do Brasil.

DIREÇÃO E COORDENAÇÃO

Diretor Geral

Francisco Schertel

Coordenador do Mestrado Profissional em Administração Pública

Caio Resende

CONSELHO EDITORIAL

Coordenação

Paulo Castro

Renan Holtermann

Milton Mendonça

Supervisão e Revisão

Emmanuel Brasil

Débora Dossiatti

Apoio Técnico

Igor Silva

Projeto gráfico e diagramação

Juliana Vasconcelos

DEBATES EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Revista Técnica voltada à divulgação de resultados preliminares de estudos e pesquisas aplicados em desenvolvimento por professores, pesquisadores e estudantes de pós-graduação com o objetivo de estimular a produção e a discussão de conhecimentos técnicos relevantes na área de Administração Pública.

Convidamos a comunidade acadêmica e profissional a enviar comentários e críticas aos autores, visando o aprimoramento dos trabalhos para futura publicação. Por seu propósito se concentrar na recepção de comentários e críticas, a Revista Debates em Administração Pública não possui ISSN e não fere o ineditismo dos trabalhos divulgados.

As publicações da Revista estão disponíveis para acesso e download gratuito no formato PDF. Acesse: www.idp.edu.br

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do IDP. **Qualquer citação** aos trabalhos da Revista só é permitida mediante autorização expressa do(s) autor(es).

SUMÁRIO

1. Introdução • • • • •	6
2. Referencial Teórico • • • • •	8
2.1 Contextualização e principais fatores estudados sobre comportamento parlamentar • • • • •	8
2.2 Tipologia do padrão espacial de votação • • • • •	10
3. Metodologia • • • • •	13
4. Resultados • • • • •	17
4.1 55ª Legislatura (anos de 2015 a 2018) • • • • •	17
4.2 56ª Legislatura (anos de 2019 a 2022) • • • • •	20
4.3 Análise de padrão de votação eleitoral • • • • •	23
5. Conclusão • • • • •	29
6. Referências • • • • •	32

Resumo:

O trabalho estudou os dados das votações nominais dos deputados federais nas 55ª e 56ª legislaturas, que compreendem os anos de 2015 a 2022. O objetivo foi analisar o padrão de votações nominais dos deputados e se existe alguma relação com o padrão de votação espacial recebido pelo deputado federal. A análise das votações nominais foi realizada propondo-se uma inovação metodológica, baseada somente no cômputo de votações relacionadas ao mérito das propostas analisadas, em contraste à análise usual, que conta todos os tipos de votação, incluindo votações procedimentais. Foi verificado uma heterogeneidade dos índices de disciplina partidária entre os partidos políticos. A segunda parte do trabalho classificou os deputados segundo sua disciplina partidária e analisou o quartil mais e menos disciplinado, dividido por ano da legislatura. Não foram encontrados resultados entre o padrão de votação espacial recebido pelo deputado federal e sua disciplina partidária, concluindo-se apenas que existe um maior número de deputados com baixa concentração de votos.

Palavras-Chave: partidos políticos; disciplina partidária; padrão espacial de votação; Câmara dos Deputados; votações nominais.

Abstract:

The work studied data on the roll-call votes of federal deputies in the 55th and 56th legislatures, which cover the years 2015 to 2022. The objective was to analyze the pattern of roll-call votes of the deputies and whether there is any relationship with the spatial voting pattern received by the Congressman. The analysis of roll call votes was carried out proposing a methodological innovation, based only on the calculation of votes related to the merit of the analyzed proposals, in contrast to the usual analysis, which counts all types of votes, including procedural votes. There was heterogeneity in party discipline rates between political parties. The second part of the work classified the deputies according to their party discipline and analyzed the most and least disciplined quartile, divided by year of the legislature. No results were found between the spatial voting pattern received by the federal deputy and his party discipline, concluding only that there is a greater number of deputies with a low concentration of votes.

Keywords: political parties; party discipline; spatial pattern of voting; Chamber of Deputies; roll call votes.

1. INTRODUÇÃO

O artigo pretende analisar como a disciplina partidária dos deputados nas votações nominais na Câmara dos Deputados está relacionada ao seu padrão de votação espacial no estado no qual é eleito. O objetivo é entender se existe algum incentivo no contexto estadual que leve o deputado a apresentar um comportamento mais ou menos disciplinado.

A literatura de Ciência Política no Brasil se debruça sobre os padrões de votações nominais dos deputados federais desde o estudo inovador de Figueiredo e Limongi (1995, 1999). Esses estudos trouxeram um novo olhar para a relação entre Poder Legislativo e Executivo, e ainda, como o Presidente da República se relaciona com os deputados e como consegue os votos para aprovar sua agenda no Congresso Nacional.

Sendo o comportamento disciplinado importante para aumentar o poder de barganha dos partidos frente ao Executivo, não seria racional, portanto, votar indisciplinadamente, mesmo sabendo que o partido perde poder de barganha frente ao Poder Executivo, e que irá se indispor com seu líder e companheiros de legenda. Assim, se o deputado é indisciplinado durante a legislatura, existiria algum incentivo maior que o faz acreditar, racionalmente, que esse comportamento é mais bem recompensado que a disciplina ao seu líder.

O estudo pretende tratar dos deputados a partir de sua disciplina partidária ao comparar os deputados mais disciplinados aos deputados indisciplinados com bases sistemáticas, procurando compreender alguns desses fatores em outros níveis (TSEBELIS, 1998) que possam estar influenciando sua decisão, a princípio pouco racional, de votar contrariamente a seu partido.

O trabalho estuda como o padrão de votação dos deputados federais pode ser um desses fatores, compreendendo como a esfera local e regional do parlamentar pode ser fator considerado em sua atuação legislativa. Assim, o comportamento indisciplinado, mesmo a derrota a nível federal e partidário (ao votar contrariamente ao partido), seria mais racional ao deputado ser indisciplinado do ponto de vista dos cálculos de custo e

benefício. O objetivo era verificar se existe relação entre o padrão de votação concentrado nos estados e um menor índice de disciplina partidária apresentada pelo parlamentar.

Entende-se a importância em compreender quais incentivos influenciam os deputados federais a votar a favor ou contra a instituição dos partidos políticos os quais pertencem, os custos envolvidos em cada uma das decisões congressuais. Para os deputados indisciplinados, também é importante verificar sua independência em relação aos partidos políticos. Uma vez que a função dos partidos também é informar ao eleitor sobre as *polycies* defendidas pela agremiação (MIRANDA, 2009), um parlamentar que vota consistentemente contra à orientação do partido pode estar respondendo a um outro incentivo.

Além disso, ao mesmo tempo em que fortalecer os partidos é importante, por meio da representatividade, a governabilidade também o é. Dessa forma, estudar os parlamentares indisciplinados e a relação com sua eleição nos estados também pode contribuir para compreender como os partidos políticos atuam como mecanismos de coordenação de votações e se fortalecem com a maior disciplina e coesão internos.

Como resultados, o estudo verificou que a inovação metodológica de cômputo das votações nominais somente relacionadas ao mérito da matéria possibilitaram uma melhor visão do sistema partidário. Os partidos não são blocos “monolíticos” e disciplinados, mas apresentam grande heterogeneidade em relação à sua coesão e disciplina. Em relação ao padrão de votação espacial, não foi encontrado padrão específico relacionado ao comportamento disciplinado ou indisciplinado. Somente verificou-se que, entre as classificações adotadas, uma grande parte dos deputados foram classificados como de baixa concentração.

O artigo faz uma revisão histórica sobre o estudo dos partidos políticos e dados de disciplina partidária, além de explicitar as análises referentes aos dados de distribuição de votos dos deputados federais eleitos. Em seguida, a seção de metodologia explica a inovação proposta para a análise da disciplina partidária dos deputados federais e como

foram tratados os dados das votações nominais e dados de padrão de votação espacial. Os resultados são apresentados na seção 4 e as conclusões apresentadas na seção 5.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Contextualização e principais fatores estudados sobre comportamento parlamentar

Com o fim do regime militar e a redemocratização do país em 1988, as análises da atuação parlamentar compreendiam os partidos como atores fortes na arena eleitoral, mas que detinham pouco poder de coesão e fidelidade durante a atuação dos deputados federais no Congresso Nacional (MAINWARING, 1991; AMES, 2003).

Os interesses locais eram traduzidos por meio do processo eleitoral nos representantes eleitos, mas, após a eleição, se voltavam para a consecução de políticas baseadas em *pork barrel* e *credit claming*³ (MAYHEW, 1974). Nesse contexto, os partidos políticos teriam papel coadjuvante na interação dos deputados federais após a sua eleição, uma vez que, para a obtenção dos recursos e emendas parlamentares, os deputados negociariam diretamente com o Poder Executivo.

No entanto, houve uma mudança de interpretação após os estudos de Figueiredo e Limongi (1995, 1999), que analisaram os padrões de votações nominais dos deputados federais. Os autores encontraram altos índices de disciplina partidária por parte dos parlamentares, contrariando a visão anterior. Disciplina partidária é definida como a probabilidade de um parlamentar qualquer votar com a liderança de seu partido (Figueiredo e Limongi, 1999).

Os autores defendem que os partidos, por meio dos líderes, têm o importante papel de coordenar os interesses das respectivas bancadas legislativas e intermediar as negociações com o Executivo. Essa mobilização coesa e disciplinada refletia o poder

³ *Pork barrel* é definida, de forma simplificada, como a entrega de emendas parlamentares pelo deputado federal às suas bases eleitorais. *Credit claming* seria a busca de obter crédito por benefícios levados, inclusive com reflexos eleitorais.

concedido aos líderes partidários por meio da Constituição Federal e dos Regimentos Internos das Casas Legislativas.

Além disso, como trabalhavam em conjunto com o Presidente da Câmara dos Deputados, os líderes também dispunham de grande poder de agenda e capacidade de interferir no que seria levado à votação em plenário.

A despeito do que se passa na arena eleitoral, os partidos contam e atuam de maneira disciplinada no Congresso brasileiro. Assim, os líderes partidários no Brasil dispõem de importantes poderes de agenda e por meio destes preservam e garantem a unidade do partido (Figueiredo e Limongi, 1999, p. 31)

Algumas críticas em relação à disciplina partidária também foram relacionadas aos estudos de Figueiredo e Limongi (1995, 1999). Melo (2004) aponta para a questão da migração partidária e como os partidos seriam coesos, se há tanta migração partidária. A pergunta seria “inversa”: como existiriam partidos fortes, já que há tanta migração? O autor aponta que os índices de disciplina partidária não refletiriam coesão. E surge outra pergunta: como então, mesmo com os baixos índices de coesão, haveria a possibilidade de negociação e barganha com o Poder Executivo?

Outra crítica refere-se às não decisões do Parlamento. Ames (2003), ao tratar do sistema de representação proporcional por lista aberta e da desproporcionalidade das cadeiras entre os estados, trata também do poder de veto das bancadas. O autor aponta que as minorias dispõem de poder de obstrução e veto frente a algumas proposições, o que provoca a retirada de projetos da pauta legislativa. “A inclusão dessas não-decisões poderia aumentar exageradamente as verdadeiras consequências da desproporcionalidade das cadeiras” (AMES, 2003, p. 78).

Outro efeito estudado sobre o comportamento parlamentar e sua ambição eleitoral é o decorrente da relação entre a relação com as bases do Presidente da República e do Governador do respectivo estado. A hipótese é a de que os parlamentares têm incentivo em manter os padrões de votação consistentes com a base governista ou de acordo com os interesses do governador de seu Estado, mesmo que isso contrarie as orientações do líder partidário (COBERLLINI, 2003).

O chamado efeito *coattail* é tratado na literatura (SAMULES, 2000; PEREIRA e RENNO, 2001; ALVES, 2019) como o resultado de um efeito de transferência⁴ de votos de um candidato a um cargo Executivo aos cargos proporcionais, em especial os deputados federais. Nesse estudo, não se utiliza o efeito *coattail* como variável, mas espera-se que esse efeito traduza um dos fatores da arena estadual que se reflete como incentivo na arena legislativa, pós período eleitoral, segundo a disciplina partidária apresentada pelo parlamentar. Essa interferência também seria mensurada a partir do padrão de votação espacial do deputado federal, demonstrando a importância do contexto estadual para o comportamento legislativo do parlamentar no Congresso Nacional.

2.2 Tipologia do padrão espacial de votação

Fleischer (1976, 2007) foi o autor pioneiro no estudo sobre a distribuição geográfica dos votos no Brasil, seguindo pelo estudo de Barry Ames (2003) e Carvalho (2003) e mais recentemente, por André Borges (BORGES et al, 2016; BORGES e VIDIGAL, 2018) e Geralda Miranda (MIRANDA, 2009).

Na proposta de Ames (2003), o padrão espacial de votação nos estados apresenta duas dimensões, baseadas no desempenho do candidato no município. A partir do percentual de votos obtidos pelo candidato em relação à totalidade de votos dados em um dado município, é calculado o valor geral a partir de dois eixos, sendo um horizontal e outro vertical.

O eixo denominando “dominância” se refere ao percentual que um candidato teve em relação ao total de votos para membros de todos os partidos. Sua dominância média, então, é a dominância individual do candidato ponderada pelo percentual do total de votos

⁴ Não é uma transferência direta, mas o efeito *coattail* trata da hipótese de que os candidatos à Presidência da República “com alto índice de votos nas eleições obtém mais votos também para seus companheiros de partido, e como consequência, obtém uma base de apoio majoritária e mais estável no Congresso Nacional” (SOARES, 2013, p. 414).

obtidos em cada município. O eixo de compartilhamento define o percentual que o candidato obtém da totalidade dos votos dados em cada município.

Assim, dominância relaciona-se ao quanto o candidato domina ou compartilha os votos dos municípios em que conquista votos. O eixo da “concentração” (e seu oposto = dispersão) trata da análise horizontal da votação obtida pelo candidato. Essa variável mensura como os votos do candidato se distribuem nos vários municípios que compõem o distrito eleitoral.

A partir dessas duas clivagens, o autor cria uma tabela explicativa para as dimensões, criando quatro tipologias de padrões espaciais de voto:

Tabela 1: Padrões de votação espacial

Padrões estaduais de distribuição espacial			
Distribuição espacial de municípios principais	% do total de votos em municípios principais		
		Baixa	Alta
		Dispersa-compartilhada	Dispersa-dominante
	Dispersa		
	Contígua	Concentrada-compartilhada	Concentrada-dominante

Fonte: Ames (2003)

A primeira tipologia, denominada concentrado-dominante, é o padrão espacial no qual o deputado domina um conjunto contínuo de municípios. Normalmente o candidato com esse padrão pertence a uma família local com influência econômica ou política estabelecida, ou fez um acordo com alguma família com essa configuração, ou ainda, exerceu cargo político local.

O segundo tipo de padrão é o concentrado-compartilhado, encontrado nos deputados federais eleitos nas capitais dos estados e em grandes cidades. São candidatos que representam alguma classe social ou defendem uma classe específica.

O padrão espacial de voto disperso-compartilhado é resultado de um tipo específico de votação, em regra. São candidatos eleitos por grupos com interesses localizados, ou segmentados, como categorias trabalhistas, grupos religiosos e minorias sociais. Uma vez

que essas categorias estão normalmente espalhadas por todo o estado, o padrão de votação desse tipo de eleição acompanha essa distribuição. “Esses setores são coesos e fiéis, mas pouco numerosos, de modo que os candidatos a eles se dirigem costuram coalizões em pequenas faixas de municípios” (AMES, 2003, p. 70).

Por fim, o padrão disperso-dominante trata de candidatos que fazem acordos com líderes políticos locais (por isso a dominância) e os que já ocuparam cargos na administração pública estadual, normalmente como secretário estadual. Normalmente, são secretarias que dispõem de recursos distribuídos pelos municípios, provendo visibilidade ao detentor do cargo, que acaba concorrendo ao cargo de deputado federal na eleição seguinte à sua nomeação.

Carvalho (2003) também realizou estudo sobre os padrões de votação espacial dos deputados federais recebidos no estado. Seguindo essa tipologia, Carvalho complementa seu estudo sobre dispersão e concentração de votos por meio de *survey* com deputados federais, realizado em novembro de 1999, com 280 deputados da legislatura de 1999-2003.

O autor aponta que os deputados atribuíram mais a si mesmos a posse do mandato, e projetaram danos pequenos eleitorais em eventual troca de partidos⁵. Em complemento, os deputados pesquisados também afirmaram que existia uma maior lealdade aos interesses de suas bases que às orientações partidárias, em caso de conflito.

Estudando os índices de personalização do voto, Carvalho (2003) encontra que os partidos de centro-direita e centro tem maior índice, que vai diminuindo à medida que se aproxima do comportamento dos deputados de esquerda. No caso de deputados do espectro de esquerda, a hipótese de Carvalho é que eles buscariam priorizar os fatores ideológicos e tomadas de posição como informadores de sua atividade na Câmara dos Deputados.

O primeiro fator para evitarem as políticas distributivas seria a dificuldade, por estarem fora da base do governo e, ainda, por priorizarem fatores de maximização de

⁵ No período do estudo de Carvalho (2003), a troca de partidos ainda não havia sido proibida. A decisão do TSE nesse sentido é datada de 2007, então essa seria uma estratégia válida aos parlamentares.

políticas públicas, por conta dos fatores ideológicos. Outro aspecto estudado pelo autor foi a votação dominante no estado definindo o comportamento legislativo. Nesses casos, nos quais os deputados eleitos têm votação mais dominante, há uma busca por maiores políticas distributivas.

No estudo, espera-se que exista alguma ligação entre o comportamento legislativo do deputado federal e seu padrão de votação nas eleições. Partindo-se dessa compreensão geral, nos casos como os deputados com votos concentrados busquem políticas mais distributivas, espera-se que sua melhor estratégia de ação seja ser indisciplinado, mas obtendo os benefícios para seu estado, caso não seja possível atender às duas expectativas simultaneamente.

3. METODOLOGIA

A metodologia utilizada na análise das votações nominais dos deputados federais foi a análise de estatística descritiva dos dados de votações nominais entre os anos de 2015 e 2022. Os dados foram coletados no banco de dados abertos do site da Câmara dos Deputados⁶.

No estudo, define-se os deputados federais como atores racionais segundo o individualismo metodológico (DOWNS, 1957; OLSON, 1965; SHEPSLE e BONCHECK, 1997; TSEBELIS, 1998; FIANI, 2009), buscando-se compreender quais são alguns dos cálculos racionais feitos pelos parlamentares e de que forma a ação de votar de forma sistematicamente indisciplinada é uma das possíveis estratégias viáveis dos parlamentares.

A primeira hipótese do estudo se fundamenta na análise nas votações nominais dos deputados federais, buscando atualizar a metodologia. Foram escolhidos os anos de 2015 a 2022⁷ por comporem o espaço temporal de duas legislaturas. A opção por analisar o

⁶ Ver site: <https://dadosabertos.camara.leg.br/>

⁷ A legislatura se encerra oficialmente em 1º de fevereiro de 2023, mas serão consideradas apenas as votações nominais até o dia 22 de dezembro de 2022, período constitucional de funcionamento do Congresso Nacional – não havendo sessão extraordinária (Constituição Federal, 1988, art. 57).

período de oito anos visa facilitar a estruturação das votações nominais segundo os partidos.

No entanto, as votações foram analisadas segmentadas por ano, sendo analisados primeiramente todos os deputados para a análise partidária. Essa segmentação se justifica em função das trocas de presidência entre o governo Dilma Rousseff e Michel Temer na 55ª legislatura. Com isso, objetivou-se observar a disciplina a partir dos realinhamentos políticos resultantes, segundo as bases formadoras da coalizão do Presidente.

Considerou-se apenas as votações nominais no plenário da Câmara dos Deputados, excluindo-se as votações de sessões do Congresso Nacional (mesmo que realizadas fisicamente na Câmara dos Deputados) e as votações nominais nas comissões. De acordo com esses parâmetros, as votações serão analisadas segundo seus objetos: entre as votações, existem as votações de procedimento e as votações de mérito referentes à matéria. Para a análise do comportamento dos deputados federais e seu índice de disciplina partidária, serão excluídas todas as votações procedimentais das matérias.

Em média, o Regimento Interno da Câmara dos Deputados, no período entre 2015 e 2021, previa cinco requerimentos procedimentais para adiar a votação de uma matéria³. A redução das votações analisadas visa reduzir o “ruído” produzido pelo número excessivo de votações em torno de uma mesma matéria, mas que não traduzem de fato, a votação no mérito da proposta.

Após a realização da filtragem por período e segundo o critério de votação procedimental e meritória, a análise das votações dos deputados foi feita com a fórmula em três fatores:

- a) deputado vota de acordo com seu respectivo partido = valor “1”;
- b) deputado vota ABSTENÇÃO, OBSTRUÇÃO ou FALTA à VOTAÇÃO = valor “0”;
- c) deputado vota CONTRÁRIO à orientação partidária = valor “-1”.

Essa distinção visa conferir diferentes pesos à gradação de votos de acordo com a orientação partidária. O escore negativo para esses casos permite atribuir peso maior

quando o deputado recebe a orientação do partido e, ainda assim, vota contrariamente. Nos casos recorrentes e sistemáticos, os quais serão o objeto principal de estudo, espera-se que pontuação final reflita valores menores desse somatório.

Primeiramente, apresenta-se no trabalho as votações nominais segundo a disciplina do partido, sem analisar os deputados individualmente. Nessa análise, foram considerados os partidos: PT, Pcdob, PSB, PDT, Cidadania, PSDB, MDB, PR/PL, PSL, PTB, PP, PV, DEM, Podemos, Solidariedade, PRB/Republicanos, PRP, PTC, PMB, PPL, PHS, Avante, Patriota, Rede e União.

No ano de 2015, foi necessário excluir os partidos com poucos dados de orientação obtidos no site dos dados abertos, o que dificultou a estruturação dos escores. Nesse rol de partidos estão: REDE, PHS, PRP, PPL e o PMN.

Faz-se uma ressalva sobre o processamento dos escores. Um deputado que tenha participado de quantitativo menor de votações, mas foi consistente com a orientação partidária, alcança escore igual ao de um deputado federal com maior número de votações, mas com maior dissidência em relação à orientação de seu partido. Essa é uma limitação do modelo e, uma vez que foi analisado o quantitativo geral dos parlamentares, optou-se por não realizar um corte de votação mínimo para esses casos.

Foi realizado ainda um tratamento quando o deputado trocou de partido durante o ano. Isso teve como objetivo manter a contagem dos escores de disciplina partidária para o deputado, mesmo que esse tenha trocado de partido. Também foram excluídas as votações de deputado classificado como “sem partido”, uma vez que não há orientações para esse tipo de votação.

A segunda hipótese do trabalho trata da relação entre o padrão de voto disciplinado do deputado federal e o voto espacial. A análise dos dados de votação espacial nas eleições proporcionais para deputado federal foi feita para os anos de 2014 e 2018 (que antecedem as legislaturas estudadas) a base de dados consultada foi do TSE – Tribunal Superior

Eleitoral, que dispõe do número de votos recebidos pelos deputados federais eleitos segundo região, município e zona eleitoral.

Na análise da votação espacial dos deputados federais, foi utilizado o índice criado por Carvalho (2003). No estudo, foram utilizados dois percentuais: a) o percentual de votação do deputado obtido em seu município mais votado em relação ao total da votação; b) o percentual de votação do deputado nos dez municípios em que mais obteve votos.

Com base no índice de classificação do segundo fator (o cálculo dos 10 municípios com maior votação pelo deputado) será calculado o índice:

- 1) Deputados de votação com CONCENTRAÇÃO ALTA: o deputado entre 100% e 85% do total de votos, nos 10 primeiros municípios e, ao menos, 65% de votação no município mais votado;
- 2) Deputados de votação com CONCENTRAÇÃO MÉDIA ALTA: o deputado concentra nos 10 primeiros municípios entre 75% e 85% do total de votos obtidos pelo deputado; entre 65% e 40% de votação no município mais votado;
- 3) Deputados de votação com CONCENTRAÇÃO MÉDIA: o deputado nessa categoria concentra nos primeiros 10 primeiros municípios com sua maior votação, entre 75% e 60% do total de votos recebidos; e entre 40% e 30% dos votos no município mais votado;
- 4) Deputados de votação com CONCENTRAÇÃO MÉDIA BAIXA: o deputado recebe entre 60% e 50% do total de votos obtidos nos dez municípios mais votados; e entre 30% e 15% dos votos no município mais votado;
- 5) Deputados de votação com CONCENTRAÇÃO BAIXA: o deputado recebe menos que 50% do total de votos obtidos nos dez municípios mais votados; e no máximo 15% dos votos no município mais votado;

Com base nos quartis disciplinados e indisciplinados, e após a classificação dos deputados nas cinco tipologias acima, verificou-se se existe relação entre essas duas

variáveis: disciplina partidária e concentração dos votos nos municípios. Inicialmente foram realizados testes de dispersão com gráficos boxplot com a distribuição total dos votos dos deputados e posteriormente a separação por quartis.

Todos os deputados federais das duas legislaturas analisadas tiveram seus escores de disciplina partidária normalizados, que foi utilizado no boxplot de dispersão e na análise dos dados da regressão. Foram selecionados 888 deputados entre o quartil mais disciplinado e 880 deputados para o quartil menos disciplinado.

4. RESULTADOS

Inicia-se a seção resultados com a análise dos padrões de votação nominal dos deputados federais nos anos de 2015 a 2018 (55ª legislatura) e os anos de 2019 a 2022 (56ª legislatura), segundo seus partidos. Essa primeira seção trata da primeira hipótese do trabalho relacionada ao índice de disciplina partidária apresentada pelos partidos políticos.

Posteriormente, a seção de resultados avança para a análise individual dos deputados e os resultados da segunda hipótese, qual seja, a expectativa de relação entre o padrão de votação espacial do deputado e sua disciplina partidária.

4.1 55ª Legislatura (anos de 2015 a 2018)

Nessa legislatura, a análise contou com 29 partidos em 2015, 25 em 2016 e 26 partidos entre os anos de 2017 e 2018. No ano de 2015, o PMB apresentou somente 42 votações nominais, e foi excluído da análise após a constatação de 41 que delas foram computadas como valores nulos, ou seja, não houve orientação partidária ou o deputado se encontrou em alguma das hipóteses de contabilização do voto para essa forma de análise.

Em 2016, os partidos PRTB, PMN, PRP e PTC também tiveram poucos escores de votação, sendo retirados da análise porque não tiveram somatório expressivo, e em dois casos, contabilizaria 100% de disciplina partidária por conta do pouco quantitativo de

votações analisadas. Seguindo a mesma lógica, em 2017 foram retirados da análise os partidos PRP e PMB e PTC. Em 2018, PRP, PTC e PPL, pelos mesmos motivos apresentados, não entraram no cômputo dos valores analisados de disciplina partidária por partido.

Pode-se observar o predomínio, nos quatro anos da 55ª legislatura, do PSOL, que obteve a maior pontuação de disciplina em três dos quatro anos analisados, apresentando índices de disciplina partidária entre 99,74% e 99,05%. Esses altos índices demonstram a coesão do partido uma vez que, mesmo sendo consideradas somente votações com maior grau de conflito, o partido e seus deputados mantêm um alto grau de disciplina.

O PCdoB também aparece como um dos partidos mais disciplinados, atingindo em 2018, o escore de 100%, ou seja, todos os deputados votaram segundo sua orientação partidária. Nos demais anos da 55ª legislatura, os escores de disciplina do partido variaram pouco, e se mantêm altos, entre 96,78% e 99,12%.

O PT apresenta índices de disciplina entre 99,01% e 95,49%, entre 2015 e 2018. Esses três partidos do espectro eleitoral demonstram uma esquerda com alto grau de coesão em relação aos deputados membros e a disciplina apresentada por eles. Nos três casos, os valores de escores de disciplina partidária foram acima do esperado, pois a literatura aponta para índices em torno de 95% para partidos mais coesos, e o estudo encontrou valores próximos a 100%, mesmo quando analisadas somente votações com maior dissensão.

Observando-se a Tabela 2, tem-se uma série de partidos revezando as posições entre a 4ª e a 15ª posições, que representam partidos ainda coesos, mas com menor índice de disciplina que os partidos comentados. Além disso, a partir da 4ª posição no ranking, os partidos têm maior variação, trocando de posições a depender do ano analisado, mesmo sendo dentro de uma mesma legislatura.

No ano de 2017, na qual houve a troca de governo por meio do *impeachment* da Presidente Dilma, os escores de disciplina partidária foram comparativamente menores do que os outros anos da legislatura. Mesmo os partidos com altos escores tiveram índices

menores, e a diferença percentual dos índices dos partidos no meio do ranking e ao final foram maiores em relação aos anos de 2015, 2016 e 2018. Isso pode ser visto em relação aos escores: a partir do Partido Rede Sustentabilidade (4º lugar no ranking), todos os índices de disciplina partidária ficaram abaixo de 93%, sendo esse índice no ano de 2018 referente à 14ª posição.

Analisando os partidos com menor índice de disciplina partidária, vários partidos se alternam ao final do ranking: PSC, PROS, PSB, PMN, PTB, PRTB. No ano de 2015, o PP, partido com 38 deputados, obteve o segundo menor índice de disciplina partidária. Nos anos seguintes, o PP tem índices medianos de disciplina, ocupando entre a 10ª e 13ª posição.

Outro partido com grande número de deputados eleitos em 2014 e que esteve ao final do ranking de disciplina foi o PR. Em nenhum ano o partido teve índice acima de 92% e posicionamento acima de 13º no ranking. Em 2018, esteve em 19º no ranking geral de partidos.

Os partidos que compõem o ranking dos mais indisciplinados apresentaram índices muito menores que 85%, resultado esperado conforme os índices apresentados na literatura. Compreende-se que os escores encontrados entre 50% e 75% refletem um posicionamento pouco coeso entre os membros de um mesmo partido político ao longo dos anos na legislatura.

Tabela 2 – Disciplina por partidos – 55ª Legislatura

2015		2016		2017		2018	
Partido	Disciplina	Partido	Disciplina	Partido	Disciplina	Partido	Disciplina
PSOL	99,05	PSOL	99,74	PSOL	99,72	PCdoB	100
PCdoB	96,78	PT	99,45	PCdoB	99,12	PSOL	99,22
PPS	96,34	PCdoB	98,97	PT	97,39	PT	99,01
PT	95,49	PSDB	95,84	REDE	92,07	PMDB	96,4
PSDB	95,48	PRB	95,01	PDT	92,06	PSL	96,26
PTdoB	94,96	DEMOCRATAS	94,15	PPS	91,86	PRB	95,24
PDT	92,73	PPS	93,98	DEMOCRATAS	91,55	PDT	95,09
PRB	92,52	PSL	93,5	PMDB	90,49	DEMOCRATAS	94,47
PSL	92,2	PHS	93,01	PSDB	90,34	PSDB	94,41
DEMOCRATAS	91,61	REDE	92,86	PP	90,32	REDE	94,29
REDE	91,38	PMDB	92,26	PEN	89,01	PV	93,55
PR	90,92	PP	91,7	PV	88,8	PSB	93,55
SOLIDARIEDADE	90,51	PR	91,04	PRB	88,74	PP	93,18
PSDC	88,59	PTB	90,67	PTB	87,14	PODEMOS	92,13
PEN	87,9	PTN	90,14	PSD	87,13	MDB	91,91
PSD	87,84	PSD	89,24	PSL	86,23	PTB	91,9
PMDB	86,81	SOLIDARIEDADE	88,51	PR	85,64	PSD	91,45
PHS	86,74	PDT	88,4	SOLIDARIEDADE	83,55	PPS	90,67
PSB	86,47	PV	86,93	PS C	83,21	PR	90,2
PTC	85,76	PSB	85,47	PODEMOS	79,26	SOLIDARIEDADE	87,65
PRP	84,89	PEN	85,42	PHS	78,85	PHS	87,5
PV	84,74	PMB	83,02	PSB	78,35	PEN	86,21
PROS	81,91	PROS	82,79	PROS	73,84	PSC	75,57
PTN	81,05	PSC	77,96	AVANTE	68,38	PATRIOTA	71,43
PTB	80	PTdoB	67,65	PTN	67,89	PROS	70,37
PMN	78,66			PTdoB	53,38	AVANTE	68,94
PP	74,78						
PSC	63,56						

Fonte: autora própria, 2023.

4.2 56ª Legislatura (anos de 2019 a 2022)

Em relação aos totais de votações, percebe-se um aumento significativo no quantitativo das votações analisadas. Os anos de 2020 e 2021 contaram, respectivamente, com 273 votações totais analisadas e 485 votações. Esses valores refletem a maior produção legislativa da Câmara dos Deputados no período de pandemia do coronavírus, o que necessitou de aprovação de diversos projetos relacionados a auxílios e regulamentação de setores durante esse período.

Além disso, houve uma modificação no Regimento Interno da Câmara dos Deputados, que teve como objetivo privilegiar os méritos nas votações e o direito de fala da oposição. Dessa forma, muitas das votações de destaque que anteriormente não eram

votadas nominalmente passaram a ter seu voto contabilizado, o que também pode ter contribuído para o aumento no quantitativo de votações analisadas⁸.

No ano de 2019 foram estudados 25 partidos, sendo retirados do estudo o PSDC, PTC e votações de deputados classificados como “sem partido”. Somente em 2019 foi necessário desconsiderar classificações desses partidos devido à falta de orientação.

Além disso, três partidos: PR/PL, PPS/CIDADANIA e PRB/REPUBLICANOS, inicialmente analisados de forma separada, tiveram a análise de seu índice de disciplina somado. Uma vez que os deputados dos partidos, respectivamente, permaneceram os mesmos, o índice de disciplina parcial no ano calculado para cada um dos partidos foi considerado conjuntamente para a tabela 3. Após esse tratamento, foram analisados 22 partidos.

Nos demais anos, foram analisados todos os partidos votantes. Entre 2020 e 2021, foram 24 partidos estudados e em 2022, 25. Nesse último ano, foi criado o União, pela junção do PSL e Democratas. Como a criação foi em outubro de 2022, realizou-se a análise separada desse partido. Não foi realizado o somatório de votos entre os partidos iniciais devido às duas orientações anteriores apresentadas pelos partidos.

Entre os anos de 2019 e 2022, o partido Novo foi o partido mais disciplinado nos quatro anos, ocupando a primeira posição com índices sempre acima de 99% de fidelidade partidária.

A seguir, os partidos PT, PCdoB e PSOL repetem a coesão apresentada na legislatura anterior, mantendo altas posições no ranking de fidelidade durante os quatro anos analisados. Somente em 2020 e 2021, o partido REDE ultrapassa esses três partidos, que apresentam alto grau de coesão durante todo o estudo.

⁸ A alteração no Regimento Interno da Câmara dos Deputados (RICD) artigo 155, parágrafo único, inciso II, e artigo 157, parágrafos 3º e 3-A trouxe a impossibilidade de apreciação de requerimentos de retirada de pauta e adiamento de discussão e votação em matéria com aprovação em regime de urgência na mesma sessão. Isso promoveu a redução de apreciação de requerimentos para adiamento de discussão e votação, ao mesmo tempo em que aumentou o número de deputados que podem se inscrever para discutirem a matéria. Anteriormente, esse valor (contido no artigo 157 do RICD) era de seis deputados.

Observa-se com essa análise inicial que tanto o partido Novo, componente da direita, quanto partidos como PT, PSOL e PCdoB, partidos do espectro político de esquerda, apresentam alto grau de coesão interna. Importa ressaltar que, na 56ª legislatura, o Governo de Jair Bolsonaro tinha o apoio dos partidos de direita, impondo maior custo aos partidos de esquerda para manterem seus índices de disciplina partidária, principalmente para o PT, partido que elegeu 54 deputados nas eleições de 2018.

PSL, que apresentou índices medianos na 55ª legislatura, começou a apresentar uma maior disciplina partidária em 2018 (ver Tabela 02) e em 2019, ocupando o 5º lugar no ranking, possivelmente reflexo da maior visibilidade adquirida durante as eleições de 2018 e eleição de seu candidato presidencial, ao mesmo tempo em que existe o efeito *coattail* em relação aos deputados eleitos. Isso pode ser visto a partir do ano de 2020, no qual há uma queda para a 16ª posição no ranking. Nos anos seguintes, o PSL se mantém na 9ª posição.

Observando-se os partidos com alta disciplina, componentes do topo do ranking, e os partidos com posicionamento médio, entre o 4º e o 15º lugar, os escores de disciplina partidária foram maiores na 56ª legislatura do que na 55ª legislatura. Mesmo com o maior número de votações nominais analisados em Plenário, os índices permaneceram, em média, maiores. Escores abaixo de 85% apareceram somente ao final das tabelas anuais, sendo o pior índice de disciplina no ano de 2022, com 75,04% do Avante.

Os partidos com piores escores de disciplina partidária foram PROS, PSB, PV e Podemos. O Avante esteve listado nos quatro anos da legislatura entre os cinco partidos com menor disciplina partidária, com índices entre 62,36% e máximo de 82,70%, embora mesmo na classificação com maior escore, ainda esteja posicionado como terceiro pior partido em índice de disciplina partidária.

O PSB esteve ao final da lista de disciplina partidária, ocupando o ranking dos cinco menores escores entre 2019 e 2021. Em 2022, o partido melhorou sua classificação, mas manteve-se ainda na 17ª posição. O PV percorreu o mesmo caminho do PSB: apresentou baixas posições no ranking de disciplina, aumentando seu escore em 2022. O partido veio

diminuindo ao longo da 55ª e 56ª legislatura, passando de 8 deputados eleitos para 4 em 2018.

Tabela 3 – Disciplina por partidos – 56ª Legislatura

2019		2020		2021		2022	
Partido	Disciplina	Partido	Disciplina	Partido	Disciplina	Partido	Disciplina
NOVO	99,84	NOVO	99,58	NOVO	99,68	NOVO	99,86
PT	99,14	REDE	99,56	REDE	99,49	PSOL	98,84
PCdoB	98,90	PCdoB	98,23	PSOL	99,28	PT	98,75
PSOL	98,65	PT	98,00	PCdoB	99,10	PCdoB	98,04
PSL	98,61	PSOL	97,79	PT	98,80	REDE	97,78
PR	98,23	REPUBLICANOS	97,28	REPUBLICANOS	97,91	REPUBLICANOS	97,68
PFS	97,89	PP	96,04	PATRIOTA	96,94	PP	97,03
REPUBLICANOS	97,87	MDB	95,47	PP	96,40	PL	96,57
CIDADANIA	96,62	PATRIOTA	94,98	PSL	95,21	PSL	95,70
DEMOCRATAS	95,90	PL	94,94	PSC	95,12	PSC	95,62
PATRIOTA	95,21	PTB	94,22	PL	94,95	PATRIOTA	94,84
PRB	95,18	DEMOCRATAS	93,66	DEMOCRATAS	93,54	DEMOCRATAS	94,51
PP	94,30	SOLIDARIEDADE	93,52	MDB	92,48	PDT	93,97
PL	94,09	PSL	92,85	PSD	91,61	PTB	93,25
MDB	93,33	PSD	92,01	PTB	91,61	UNIAO	92,76
PTB	93,31	PSDB	91,54	SOLIDARIEDADE	91,19	MDB	92,58
PSDB	91,95	PSC	90,72	CIDADANIA	89,79	PSB	92,05
SOLIDARIEDADE	91,81	CIDADANIA	89,92	PDT	88,30	PV	89,88
PSD	91,73	PDT	87,99	PROS	87,75	PODEMOS	89,79
PDT	90,60	PSB	87,86	PSDB	86,24	PSD	89,78
PSC	88,03	PODEMOS	83,65	PODEMOS	84,62	PROS	88,89
PODEMOS	87,67	AVANTE	82,95	PSB	83,03	SOLIDARIEDADE	88,70
PV	86,30	PV	81,33	AVANTE	82,02	PSDB	87,52
PSB	84,13	PROS	81,20	PV	78,83	CIDADANIA	87,15
AVANTE	83,02					AVANTE	75,04
PROS	77,21						

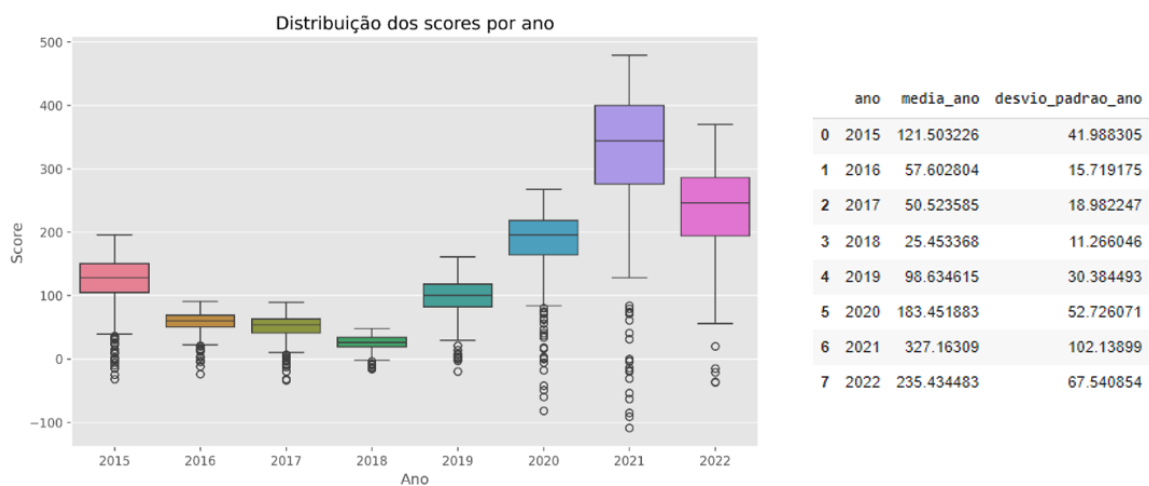
Fonte: autora própria, 2023.

4.3 Análise de padrão de votação eleitoral

Para a segunda hipótese do artigo, objetiva-se compreender a relação entre os escores de disciplina partidário apresentados na primeira parte da seção de resultados, e o padrão espacial de votação dos deputados federais nos estados, quando eleitos. A hipótese é de que os deputados mais disciplinados apresentam padrão de votação espacial diferente dos deputados indisciplinados, corroborando a hipótese de Ames (2003) sobre a relação dos partidos e dos parlamentares ser menos coesa que a esperada por Figueiredo e Limongi (1995, 1999).

Com base nesses dois conceitos e na relação da análise de votação espacial dos deputados e seus índices de disciplina partidário, todos os deputados das duas legislaturas foram considerados conjuntamente, segundo seus índices de escore final. Por ano, a distribuição dos escores obtidos pelos deputados segue o gráfico seguinte.

Gráfico 1: Distribuição dos escores finais por ano

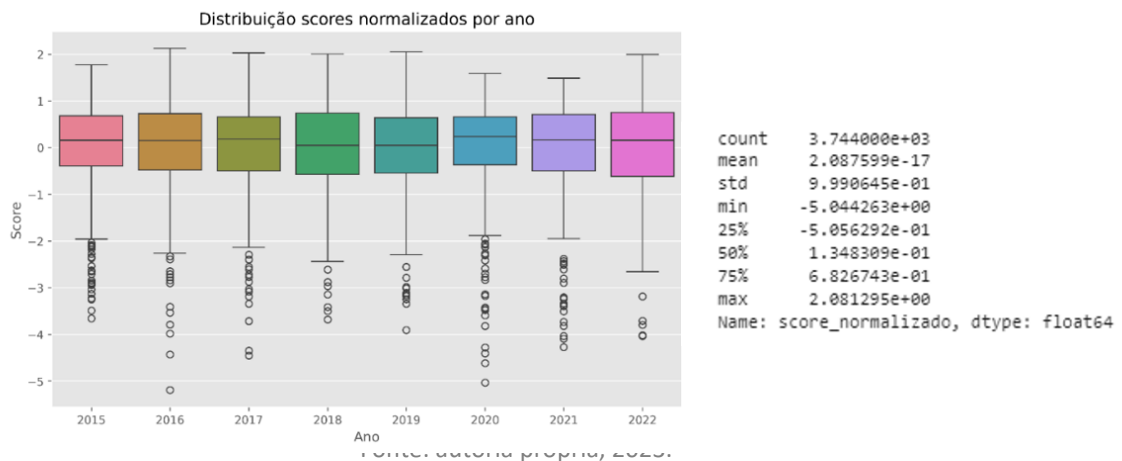


Fonte: autoria própria, 2023.

Como pode ser observado, a distribuição dos votos nos anos tem alta variação pelo número de votações nominais analisadas. Enquanto no ano de 2018 foram consideradas somente 50 votações nominais para o cálculo da disciplina partidária, em 2021 foram 485 votações. Além disso, há anos com maior dispersão entre os deputados analisados e médias mais elevadas, impossibilitando a comparação geral entre os deputados e seus escores finais.

Os escores finais então foram normalizados por ano, gerando o Gráfico 2, com média zero e desvio-padrão um, possibilitando assim a comparação ano a ano dos índices de disciplina partidária e a análise por quartis de dispersão.

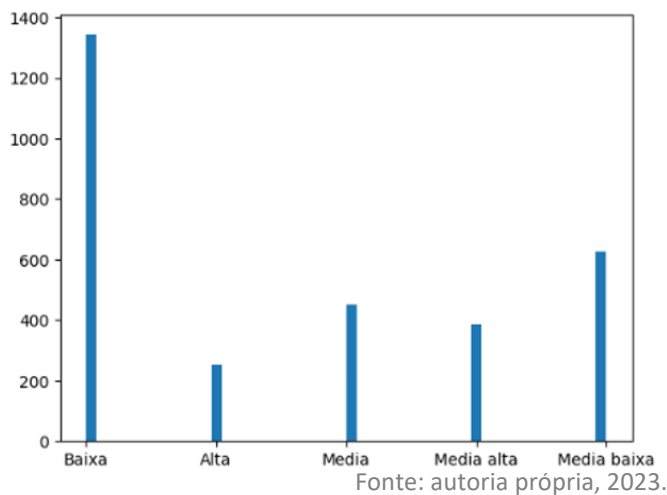
Gráfico 2: Distribuição dos escores normalizados por ano



A seguir, todos os deputados analisados na 55ª e 56ª legislatura tiveram seu total de votos obtidos analisados. A metodologia segue os estudos de Carvalho (2003), segundo as classes definidas na seção de metodologia, avaliando os deputados conforme a distribuição dos votos conjugando o percentual de votos obtidos no primeiro e nos dez municípios com maior votação.

A análise dos deputados por padrão de votação espacial analisou 3550 deputados nas cinco classes de concentração de votos. Os parlamentares receberam a seguinte distribuição:

Gráfico 3 - Padrões de classe de concentração de votos



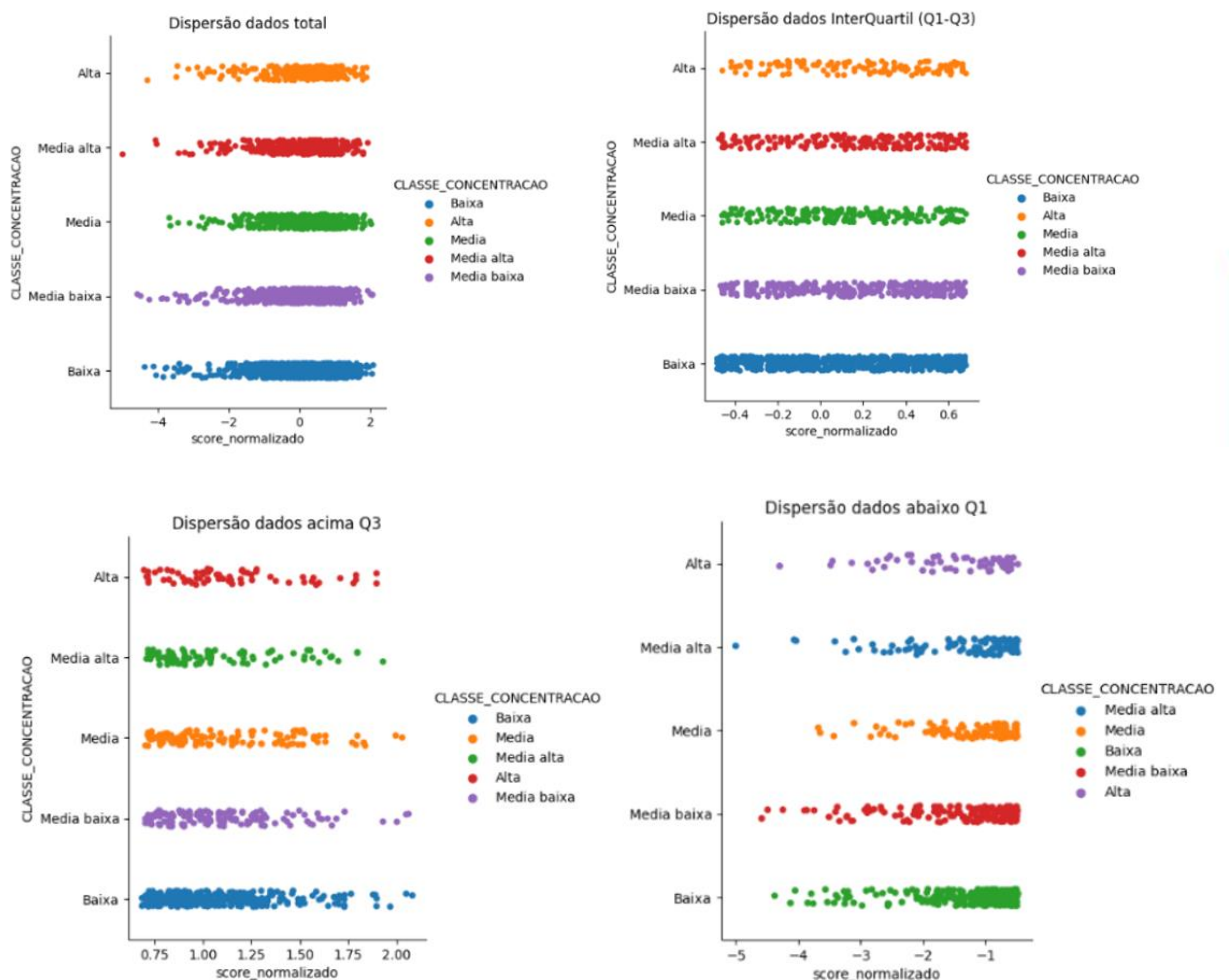
Observa-se um alto número de deputados votados segundo a classe de baixa concentração, sendo maior que o dobro dos votos obtidos pela classe média baixa. Somando os dados de parlamentares que receberam votos nessas duas categorias, o valor total ultrapassa 60% dos votos obtidos pelas outras classificações. Esse fato pode demonstrar que, no Brasil, a maioria dos deputados recebe votos com baixa concentração de votos.

Espera-se que os deputados com maior concentração de votos sejam mais disciplinados, uma vez que o padrão de votação aponta para a eleição em municípios contíguos e de maior concentração. Ao contrário, os parlamentares eleitos por estados com votações com baixa concentração, e portanto, maior dispersão, têm a expectativa de apresentarem índices de disciplina partidário menores, uma vez que existe uma maior dificuldade de cobrança e *accountability* do deputado federal a esses eleitores.

Para verificar essa segunda hipótese a partir dos achados nas classes de concentração dos votos, foi realizado o tratamento dos dados, relacionando os índices de disciplina tratados na primeira seção e as classes de votação espacial e concentração de votos.

O Gráfico 4 apresenta um conjunto de quatro gráficos que refletem a distribuição dos deputados segundo seus escores normalizados por quartil de concentração de votos. O gráfico 4.1 trata da distribuição geral; o gráfico 4.2 mostra a distribuição entre o segundo e o terceiro quartil; o gráfico 4.3 apresenta a concentração dos dados a partir do 3º quartil; e o gráfico 4.4 mostra a concentração de dados abaixo do 1º quartil.

Gráfico 4 – Distribuição total e interquartis por escore normalizado e classe de concentração



A análise dos gráficos em relação à dispersão total demonstra a indiferença entre os dados de dispersão segundo os quartis analisados. Mesmo quando separados entre o 1º e o

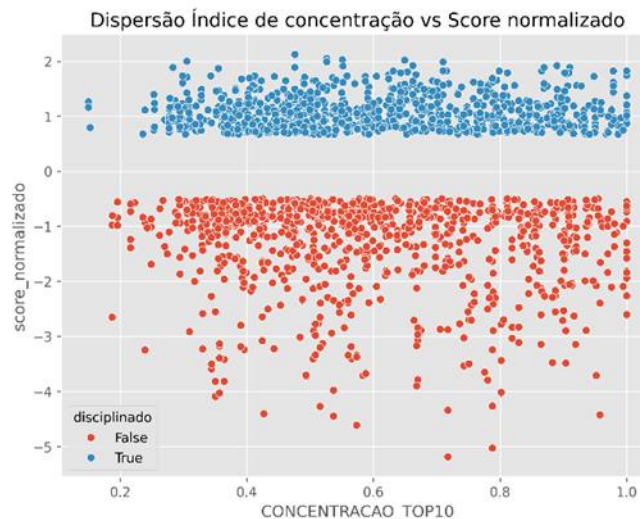
4º quartil, os dados demonstram que os deputados federais eleitos apresentam frequência distribuída em todas as cinco classes, sendo as duas classes média baixa e baixa as com maior frequência geral, independente do quartil apreciado.

Para verificar uma maior diferenciação entre os dados de classes de concentração e os escores de disciplina partidária, a análise passa a se concentrar na comparação entre os quartis. A divisão por quartis foi escolhida para possibilitar a comparação entre os quartis mais e menos disciplinados, de forma que os escores finais normalizados fossem estatisticamente diferentes entre si.

Foi selecionado o primeiro quartil que, segundo os escores mais altos, detém os maiores índices de disciplina partidária. O quarto quartil foi definido pelos escores mais baixos de disciplina partidária. A partir dessa divisão, foi realizada a classificação dos deputados segundo sua classe de concentração de votação espacial.

Inicialmente, foram tratados 3550 parlamentares, ao longo das duas legislaturas (2015-2018 e 2019-2022). Com a escolha dos quartis, após a eliminação dos dados do segundo e terceiro quartis, foram classificados 888 deputados, distribuídos segundo as classes. O Gráfico 6 apresenta a distribuição desses escores por deputado, individualmente, segundo o grau de concentração dos votos nos 10 primeiros municípios analisados, sendo possível observar quais deputados apresentam votos mais dispersos e quais apresentam voto mais concentrado.

Gráfico 5 - Distribuição dos deputados nos 1º e 4º quartil, segundo sua disciplina partidária



Fonte: autoria própria, 2023.

Em um primeiro momento, a análise dos gráficos e dados não aponta para uma relação significativa entre os escores de disciplina partidário, sejam os deputados classificados como disciplinados ou indisciplinados, e as classes de concentração de votos no estado.

Como ressalvas para a análise, tem-se um grande número de deputados apresentando votação espacial classificada como baixa e média baixa, o que pode contribuir para que exista uma menor concentração de votos, em todos os quartis analisados de disciplina partidária.

5. CONCLUSÕES

O estudo analisou o comportamento e o padrão de votação nominal dos deputados federais nas votações em Plenário da Câmara dos Deputados e como os deputados são eleitos em seu estado. A proposta geral do estudo era verificar se existia algum incentivo estadual, segundo o padrão espacial de votação obtido pelo parlamentar no estado, que o fizesse ter um comportamento mais ou menos disciplinado ao longo de seu mandato.

Primeiramente, retomou-se a literatura que trata dos fatores que interferem no comportamento do deputado federal quando do momento da votação nominal na Câmara dos Deputados. Admitindo-se a racionalidade dos deputados, a infidelidade em relação à orientação do partido segue uma outra lógica, que não a estabelecida entre partido e parlamentar (TSEBELIS, 1998).

O ranking de classificação da disciplina partidária, apresentando a divisão por partido e por ano das 55ª e 56ª legislatura, encontrou altos valores de escores de disciplina partidária para partidos como Novo, PT, PSOL e PCdoB. Todos esses partidos apresentam, conjuntamente, valores próximos de disciplina entre seus deputados, sem grandes *outliers*.

Além disso, no primeiro ano da legislatura e no último ano, foram encontrados os maiores índices de disciplina partidária, o que pode refletir o posicionamento dos parlamentares e dos partidos em relação ao período eleitoral e formação da coalizão do governo do Presidente eleito.

Essa conclusão também pode ser depreendida pela mudança no Governo Dilma Rousseff em 2016 para o Governo Temer, após o *impeachment* da Presidente. No ano de 2017, os escores de disciplina partidária foram os menores em todos os oito anos analisados, refletindo o reposicionamento das bases de coalizão do novo governo e realinhamento dos parlamentares no novo cenário.

Por fim, em relação aos partidos com menor índice de disciplina, 10 partidos tiveram valores de escore abaixo de 75%, o que demonstra que esses partidos são menos coesos e têm maior dispersão entre os índices de seus deputados, analisados individualmente.

Os achados do estudo, portanto, apontam para a dimensão partidária como influente no contexto legislativo: partidos como PT e Novo encontram altos índices de disciplina partidária ao longo de toda a legislatura, e são de espectros políticos contrários, demonstrando alta coesão de seus membros.

Ao mesmo tempo, existem partidos com baixos valores, como PV, Avante, PROS, PSB, apontando para uma menor importância conferida aos parlamentares em relação à

orientação de seu líder, e conseqüentemente, dos benefícios que podem ser obtidos ao participar de uma legenda política.

Essa heterogeneidade demonstra que os partidos políticos não têm um índice único, em torno de 85% de disciplina. Esses valores são encontrados somente quando a análise é feita conjuntamente entre os partidos políticos. Ao especificar a análise por ano e por partido, percebe-se um conjunto múltiplo de índice disciplina partidária entre os deputados federais.

Na segunda seção de resultados, a análise passou a incorporar os dados de votação espacial dos deputados com votação a partir da distribuição dos votos nos municípios de maior votação do parlamentar. O objetivo era verificar se existe relação entre a concentração de votos obtidos pelo deputado no estado e sua disciplina partidária.

A análise conjunta dos deputados federais segundo seus escores de disciplina, comparados segundo as classes de concentração de votos nos estados e os índices de concentração de votos em seu município de maior votação e nos 10 municípios os quais concentrou seus votos, não traduziu dados significativamente relevantes. Para a segunda hipótese, conclui-se apenas que a maioria dos deputados é eleita em seus estados segundo um contexto de baixa concentração de votos.

A partir desses resultados, pode-se admitir novos questionamentos para estudos futuros. Além dessa reflexão entre os partidos e disciplina partidária, pode-se sugerir ainda a relação contrária: um deputado que segue as orientações do seu partido tende a ter uma concentração de votos alta ou baixa? Existe relação entre essas duas variáveis?

Além disso, há possibilidade de incluir outros fatores de análise para a disciplina partidária e concentração de votos: assiduidade nas votações nominais, acompanhamento das votações governamentais, troca de partidos, destinação e quantidade de recursos destinados ao seu financiamento de campanha.

A maior compreensão desse contexto pode informar quais os fatores são importantes para o ciclo eleitoral e o comportamento legislativo no contexto do sistema

político brasileiro. Ao compreender quais incentivos e restrições os parlamentares têm para sua atuação, avança-se um passo a mais para incrementar a relação representativa dos eleitos e como eles se reportam às suas bases durante seus mandatos e quando de sua eleição.

6. REFERÊNCIAS

- ABRANCHES, Sérgio Henrique H. de. Presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 1, 1988. https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4251415/mod_resource/content/1/AbranchesSergio%281988%29_PresidencialismodeCoalizao.pdf >. Acesso em: 29 de outubro de 2022.
- ALVES, Vinicius S. (2019) **Comportamento eleitoral, coordenação partidária e efeito coattails no Brasil: como as eleições para o Executivo influenciam o voto para deputado federal?** Tese. Universidade de Brasília, UnB.
- AMES, Barry. **Os entraves da democracia no Brasil** (2003) Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.
- ARROW, K. J. **Social Choice and Individual Values**. New Haven and London: Yale University Press, 1963.
- BLACK, Gordon (1972). “A Theory of Political Ambition: Career Choices and the Role of Structural Incentives.” **American Political Science Review** 66. pp. 144–159.
- BORGES, André; CAROLINA, de Paula; SILVA, Adriano da N. (2016). Eleições legislativas e geografia do voto em contexto de preponderância do Executivo. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 24, n. 58, p. 31-58.
- CAREY, John e SHUGART, Matthew (1995). “Incentives to Cultivate a Personal Vote”. **Electoral Studies**, vol.14, no 4, pp. 417-439.
- CARVALHO, Nelson Rojas de (2003). **E no início eram as bases: geografia política do voto e comportamento legislativo no Brasil**. Rio de Janeiro: Revan.
- CHEIBUB, José Antonio; FIGUEIREDO, Argelina; LIMONGI, Fernando (2009). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 52, no 2, pp. 263 a 299.

COBERLLINI, Juliano (2003). "Disciplina e Coesão dos Partidos Políticos no Brasil". In **Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Org. José Antônio Giusti Tavares. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

DESPOSATO, Scott W. (2006). Parties for Rent? Ambition, Ideology, and Party Switching in Brazil's Chamber of Deputies. **American Journal of Political Science**, 50.1 (2006): 62-80.

_____ (2009) "Party switching in Brazil: Causes, effects, and representation: Political Parties and Legislative Party Switching". In Heller & Mershon. **Political Parties and Legislative Party Switching**. Palgrave Macmillan, New York, United States. (109-144)

Downs, Anthony. **An economic theory of democracy**. New York: Harper and Row, 1957.

FIANI, Ronaldo. **Teoria dos jogos: para cursos de administração e economia**. 3. ed. São Paulo: Elsevier, 2009.

FLEISCHER, David V. (1976) Concentração e Dispersão Eleitoral: um estudo da distribuição geográfica do voto em Minas Gerais. In: **Revista Brasileira de Estudos Políticos**. Belo Horizonte-MG, n. 43, p. 333-360, jul.

_____ (2007), "Os partidos políticos". In **Sistema Político Brasileiro – Uma introdução**. Lucia Avelar e Antônio Octávio Cintra. Editora Unesp, São Paulo.

FIGUEIREDO, Argelina e LIMONGI, Fernando. (1995), "Partidos Políticos na Câmara dos Deputados: 1989 – 1994". **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 38, nº 3.

_____ (1999). **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Editora FGV.

FREITAS, Andréa M. de. **Migração partidária na Câmara dos Deputados** (2008). Diss. Universidade de São Paulo.

FREITAS, Andrea; ARAUJO, Victor (2017). **Partidos, Coalizões e Influência sobre Políticas Públicas no Brasil: um Jogo de Arenas Múltiplas e Payoffs Variados**. Artigo preparado para o 10º Encontro da Associação Brasileira de Ciência Política, 30 de Agosto a 2 de Setembro, Belo Horizonte, MG.

LEONI, Eduardo. "Ideologia, Democracia e Comportamento Parlamentar: A Câmara dos Deputados (1991-1998)" (2002). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 45, nº3, pp. 361 a 386.

MACHADO, Diego. **Relação entre disciplina e infidelidade partidária na Câmara dos Deputados** (2013). Monografia (especialização) – Curso de Política e Representação Parlamentar, Câmara dos Deputados, Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (Cefor).

MAINWARING, Scott (1991). "Políticos, Partidos e Sistemas Eleitorais". **Novos Estudos Cebrap**, nº 29.

MELO, Carlos Ranulfo (2003). "Migração Partidária, Estratégias de Sobrevivência e Governismo na Câmara dos Deputados" In **Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**. Org. José Antônio Giusti Tavares. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

MIRANDA, Geralda L. (2009) A Influência da Dinâmica Eleitoral sobre o Comportamento dos Partidos na Câmara dos Deputados e no Senado Federal. **DADOS – Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro**, Vol. 52, no 4, pp. 911 a 959.

OLSON, Mancur. **The logic of collective action: public goods and the theory of groups**. Cambridge: Harvard University Press, 1965.

PEREIRA, Carlos e MUELLER, Partidos Fracos na Arena Eleitoral e Partidos Fortes na Arena Legislativa: A Conexão Eleitoral no Brasil (2003). **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, Vol. 46, no 4, pp. 735 a 771.

PEREIRA, Carlos e RENNÓ, Lucio (2001). "O que É que o Reeleito Tem? Dinâmicas Político-Institucionais Locais e Nacionais nas Eleições de 1998 para a Câmara dos Deputados". **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, vol. 44, no 2, pp. 323-362.

_____. "O que é que o reeleito tem? O retorno: o esboço de uma teoria da reeleição no Brasil". **Revista de Economia Política**, vol. 27, nº 4 (108), pp. 664-683.

PIRES, Roberto e GOMIDE, Alexandre. (2016). Governança e capacidades estatais: uma análise comparativa de programas federais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 24, p. 121-143.

RIBEIRO, Pedro Floriano (2022). “Acompanho o Meu Partido”: Organização Partidária e Comportamento Legislativo no Brasil. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol.65, v. 4.

SAMUELS, David (1999). “Incentives to Cultivate a Party Vote in Candidate-Centric Electoral Systems”. **Comparative Political Studies**, vol. 32, no 4, pp. 487-518.

MÜLLER, Wolfgang C. e STRØM, Kaare. (Eds.) (1999). **Policy, Office, or Votes?: How Political Parties in Western Europe Make Hard Decisions** (Cambridge Studies in Comparative Politics). Cambridge: Cambridge University Press.

TAVARES, José Antônio G. (2003). In “**Sistema Partidário na Consolidação da Democracia Brasileira**”. Org. José Antônio Giusti Tavares. Brasília: Instituto Teotônio Vilela.

TSEBELIS, George (1998). **Jogos Ocultos**. São Paulo, EDUSP.

_____ (2014) Atores com poder de veto: como funcionam as instituições políticas. Editora FGV.

<https://dadosabertos.camara.leg.br/> Acesso em 19 de outubro de 2023.

<https://www2.camara.leg.br/deputados/frentes-e-grupos-parlamentares>. Acesso em 20 de setembro de 2023.

<http://spatial2.cepesp.io/>



idp

SGAS Quadra 607 - Módulo 49
Via L2 Sul, Brasília-DF
CEP: 70200-670

  /sejaidp
 (61) 3535-6565
 idp.edu.br